

TA nº 022, 16/08/2021, SEI nº 19.16.3897.0035140/2021-04, ao TCT nº 120/2020, entre MPMG/PGJ, com a interveniência do Gabinete de Segurança e Inteligência-GSI, e o Ministério Público do Estado do Pará - MPPA. Objeto: alteração das seguintes cláusulas do Termo de Cooperação Técnica nº 120/2020, segunda, terceira, sexta, oitava, nona e décima, bem como inclusão de cláusula de acompanhamento e controle. Valor: sem ônus aos partícipes. Vigência: 16/08/21 a 03/12/25.

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO ADMINISTRATIVO

HOMOLOGAÇÃO

Número do processo: 118 / Ano: 2021

Unidade: 1091012

Processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI): 19.16.3899.0031764/2021-43

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada, de forma contínua, em unidades do Ministério Público localizadas na capital e no interior do Estado de Minas Gerais, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de uniformes e equipamentos.

Modalidade: Pregão eletrônico

Homologo o resultado do julgamento deste processo, no qual foi vencedor e adjudicatário o licitante:

Lote 1 (único): Esparta Segurança Ltda.

CNPJ: 37.162.435/0001-42

Valor (total) adjudicado: R\$10.019.998,48

Belo Horizonte, 17 de agosto de 2021.

MÁRCIO GOMES DE SOUZA

Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo

Ratifica ato que autoriza a contratação direta da empresa Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda., inscrita no CNPJ nº. 09.094.300/0001-51, para realização do curso Gestão Tributária de Contratos e Convênios, on-line, para 2 (dois) servidores do MPMG, mediante Inexigibilidade de Licitação nº 077, de 17/08/2021, SEI nº 19.16.0268.0059739/2021-08, com fulcro no inciso II, do artigo 25, c/c o inciso VI, do artigo 13, da Lei Federal nº 8.666/93. Valor total: R\$3.900,00. Dotação orçamentária nº 1091.03.122.703.2009.0001.3.3.90.39.48.0- Fonte 10.1.

DIRETORIA-GERAL

Processo Administrativo nº 006/2018 (SEI nº 19.16.2256.0001845/2020-50). Comunica aos interessados acerca do trânsito em julgado, ocorrido em 15/08/2019, da Decisão Final proferida no Processo Administrativo nº 006/2018, instaurado em face da Techminas Tecnologia e Informação EIRELI EPP, e abre prazo para depósito do valor da multa aplicada à empresa, no montante de R\$ 10.388,20. Os autos estão disponíveis para vista na Diretoria de Gestão de Contratos e Convênios da Procuradoria-Geral de Justiça.